

ATA Nº 6

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de **dois mil e catorze** pelas nove horas teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho a Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, cuja convocatória, datada do dia dezasseis de junho de dois mil e catorze, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período de Intervenção do Público.
II – Período de “Antes da Ordem do Dia”.
III – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:
<p>1- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal;</p> <p>2- Projeto “ Sobre-equipamento do parque eólico do Alto Minho I “ - Reconhecimento de interesse municipal”;</p> <p>3- Projeto “ Centro de Lazer – Parque Aquático, Pista de Karting e Bosque de Camélias “ - Reconhecimento de interesse municipal.</p>

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alberto Luís de Oliveira Vilas** após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar. A todos os presentes deu as boas vindas, àqueles que já costumam estar e àqueles que vêm em regime de substituição, desejando um trabalho profícuo para todos.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas que chegaram ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à sessão, do Sr. Deputado António Soares Pereira substituído pela Sra. Deputada Raquel Sanchez; do Sr. Deputado Américo Cardoso; do Sr. Deputado Luís Amorim substituído pelo Sr. Deputado Luís Cruz; da Sra. Deputada Ana Tomé substituída pela Sra. Deputada Maria do Carmo e do Sr. Deputado Manuel Pereira substituído pelo Sr. Deputado António Lima.

Estiveram presentes os Srs./Sras, Deputados/as; Alberto Vilas; José Veríssimo; Elisabete Viana; Inês Ferreira; Aurélia Correia; Jorge Moura Rodrigues; Paula Natal; Sebastião Alves; Cristóvão Pereira; Avelino Marinho; Manuel Álvaro Gomes; Maria Benvinda Gonzalez; José António Nogueira; Óscar Silva;; Mário Cruz; Cláudia Labrujó; Jorge Gonçalves; José Miguel Abreu; Rui Ferreira; Manuel Brito; Francisco Romeu; Manuel Afonso; Fernando Aprício; José Areias; Maria Fernanda Ferreira; José Manuel Roda e os Srs./Sras, Deputados/as em regime de substituição: António Lima; Raquel Sanchez; Luís Cruz; Maria do Carmo.

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O **Sr. Presidente da Mesa**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, não se verificando qualquer inscrição.

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.

No prosseguimento dos trabalhos, os Membros foram informados do envio dos projetos das atas n.ºs 4 e 5 para a respetiva apreciação, sendo que as correções solicitadas e após respetiva análise tinham sido contempladas.

Neste sentido, o **Sr. Presidente da Mesa** procedeu à abertura ao período da discussão da ata n.º 4, de acordo com as disposições regimentais, verificando-se a inscrição para a sua discussão do **Sr. Deputado José António Nogueira** que, disse conforme transcrição seguinte:

Declaração de voto

A acta n.º 4 não espelha com a pertinente e necessária fidelidade e rigor o ocorrido na sessão a que se reporta, nomeadamente, no que tange às intervenções, solicitações e conexos a propósito da existência ou não de acta em minuta válida (regularmente aprovada) com proveniência da CMV que suporta os pontos agendados (e, depois, votados) n.ºs 3., 4. e 5. do período da ordem do dia.

Acresce dizer, apesar de me sentir muito honrado com várias e extensas citações a que aí tive direito, que é lamentável, mais não seja em nome do principio da igualdade de tratamento, que tal não tivesse sido extensivo a outros intervenientes, até pelo brio inusitado das suas alocações decorrentes da fundamentação e argumentação, verdadeiramente ímpares, sobre os motivos de facto e de direito a elas subjacentes.

Constato que a defesa da honra que fiz e que consta de fls.28 se acha desalicerçada de factualidade a montante – o que poderia, até, levar-me a questionar sobre a minha sanidade mental, não fosse ter o conforto testemunhal de quem ouviu/presenciou e confirma na génese e o que o sistema áudio não terá retido!

Assim, porque dos trabalhos dessa sessão existe a correspondente gravação (esperando que sem mais lapsos), para ela remeto e como o único e exclusivo meio probatório do que efetivamente aí ocorreu, na evidenciação das omissões, das síncopes, dum visão sectária e dos “alindamentos” havidos...só submetido a votação – por motivos ponderosos, por certo – passados quatro loooongos meses!

Isto posto,

Não me revendo no que vem nessa ata, maxime sobre o exposto, resta votar contra e deixar lavrados os motivos, fundamentos e razões que sustentam.

(subscrita pela Sra Deputada Benvinda González e pelos Srs. Deputados: Orlando Vasco, Óscar Silva; Luís Cruz.)

O Sr. Deputado salientou ainda que a sua intervenção no fundo ficara esgotada com a declaração de voto que necessariamente será junta a final.

Após a referida intervenção, o **Sr. Presidente da Mesa** disse que a reflexão do orador antecedente seria naturalmente revertida para a ata da presente Sessão.

Assim e num universo de 29 votantes foi colocada a ata n.º 4 à votação, verificando-se o resultado seguinte: **5 (cinco) votos contra** (Srs/as Deputados(as) José António Nogueira, Óscar Silva; Benvinda González; Orlando Vasco e Mário Cruz); **4 (quatro) abstenções** (Srs/as Deputados(as) Maria do Carmo, Luís Cruz; Fernando Aprício, Raquel Sanchez) e **20 (vinte) votos a**

favor.

Desta forma **foi a ata n.º4 aprovada por maioria.**

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa procedeu à abertura do período da discussão da ata n.º 5, verificando-se a inscrição do **Sr. Deputado Óscar Silva** que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, referiu e corrigiu alguns erros encontrados que prejudicavam o sentido do que tinha sido dito e salientou a importância de haver a melhor transcrição possível e na forma mais fidedigna e aproximada das intervenções que ocorrem nas Sessões da Assembleia Municipal.

De seguida e com a respetiva autorização para intervir, a **Sra. Deputada Inês Ferreira** após as respetivas saudações protocolares, salientou que no procedimento de análise prévia ao projeto de ata, é corrente o envio desse projeto por e-mail aos Srs Deputados Municipais que posteriormente endereçam aos serviços as respetivas sugestões. Desta forma, salientou a importância de existir esse tipo de colaboração para evitar correções da ata em plena Sessão, facilitando o decurso dos trabalhos.

O **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu as intervenções anteriores e informou o Plenário que tem sido prática da Mesa o envio antecipado e dentro do possível do projeto da ata que vai ser colocada à discussão para que os intervenientes possam dar os seus contributos. Efetivamente tem existido essa amabilidade, e quando a ata se encontra em aprovação já tem como princípio que as alterações sugeridas foram consideradas. Ainda disse que nenhum Sr. Deputado tem a obrigação de proceder dessa forma e muitas vezes, até mesmo por uma questão de indisponibilidade de tempo. O Sr. Presidente da Mesa considerou que provavelmente essa foi a situação que levou o Sr. Deputado Óscar Silva a efetuar algumas correções na presente sessão. Não obstante, salientou que sempre que for necessário é exatamente em Sessão da Assembleia Municipal que se discute a ata.

Após intervenção do Sr. Presidente da Mesa, foi colocada a ata n.º 5 à votação e num universo de 29 votantes, verificando-se o resultado seguinte:

0 (zero) votos contra; 4 (quatro) abstenções, justificadas pela ausência na referida sessão (Srs/as Deputados(as) José António Nogueira; Elisabete Viana; Fernando Aprício ; Orlando Vasco) e **25 (vinte e cinco) votos a favor.**

Desta forma **foi a ata n.º5 aprovada por maioria.**

No prosseguimento dos trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, José Manuel Bastião Veríssimo** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido de 27 Abril a 25 de junho de 2014. Informou de igual modo, que toda a documentação se encontrava à disposição dos Senhores Deputados no dia da Sessão, e sempre no secretariado de apoio, na Edifício do Arquivo Municipal.

De seguida, O **Sr. Presidente da Mesa** informou que o Grupo Municipal do PS tinha feito chegar à mesa três documentos: proposta; moção de censura e voto de louvor, para serem submetidos à respetiva discussão e votação os quais seriam fotocopiados para serem objeto de leitura/conhecimento.

Com o objetivo de não criar interrupção no andamento da ordem de trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** solicitou que aquando do recebimentos dos referidos documentos, fosse efetuada a leitura por um dos subscritores.

Com esta contextualização, o **Sr. Deputado Óscar Silva** procedeu à leitura da proposta “**Orçamento Participativo Jovem**”, conforme transcrição seguinte:

Proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista de Valença
Orçamento Participativo Jovem

Num momento em que os jovens vivem desencantados com a política e sentem que a sua opinião e participação não é suficientemente valorizada, torna-se premente que os órgãos políticos envidem todos os esforços para persuadir os jovens a voltar a acreditar que podem ter um papel importante na construção do futuro das suas terras e do seu país.

É neste contexto que o Grupo Municipal do Partido Socialista de Valença propõe a criação de um Orçamento Participativo Jovem, concretizando um projecto que recolha opiniões e contributos junto da população jovem de Valença, de forma a posteriormente inscrever as suas ideias e projetos no Orçamento Municipal.

A efectivação desta proposta será um apelo à participação cívica e política activa dos jovens, contribuindo com propostas renovadas e inovadoras para o nosso concelho e dando voz aos jovens na apresentação e na escolha de projetos ou investimentos que considerem fulcrais para o desenvolvimento de Valença.

Esta iniciativa será dirigida aos jovens do concelho de Valença com idades compreendidas entre os 15 e os 30 anos e terá como objetivos fundamentais:

- 1. Fomentar e incentivar a apresentação de ideias e projetos, dentro de limites pré-definidos e fomentar o diálogo entre os jovens e o executivo municipal, melhorando assim a qualidade de vida dos jovens, mediante a implementação de políticas públicas municipais adequadas às suas necessidades e que vão de encontro às suas opiniões e anseios.*
- 2. Promover o desenvolvimento pessoal e social dos jovens do concelho de Valença, visando uma educação para a cidadania;*
- 3. Reforçar a qualidade da democracia concelhia, valorizando os processos participativos.*
- 4. Contribuir para o exercício de uma intervenção informada, ativa e responsável dos jovens cidadãos nos processos de governação local, garantindo a participação individual, em contexto escolar ou através do movimento associativo.*

Este Orçamento Participativo Jovem seria dividido em duas vertentes:

- 1. Projectos inseridos no contexto geral do concelho de Valença onde se incluem todas as ideias apresentadas que tenham relação com o desenvolvimento local.*
- 2. Projectos inseridos no contexto da comunidade escolar onde se incluem as ideias apresentadas que tenham relação com a melhoria das condições do meio escolar, direccionados para os alunos do Ensino Secundário. Para a concretização das duas propostas vencedoras, o Município de Valença atribuirá uma verba até um limite máximo de 25 mil euros, distribuídos da seguinte forma:*
 - 1. 20 mil euros para o projecto vencedor relacionado com o contexto geral e o desenvolvimento do concelho de Valença.*
 - 2. 5 mil euros para o projecto vencedor relacionado com o contexto da comunidade escolar.*

Para o desenvolvimento deste projecto terão que delinear-se uma série de procedimentos que obedecerão a uma cronologia pré-definida:

- 1. Período para apresentação pública do Orçamento Participativo Jovem – Normas e Prazos.*
- 2. Período de consulta pública do OPJ e elaboração e apresentação das ideias e projectos relacionados com o desenvolvimento local junto do Município e para a apresentação dos projectos inseridos no âmbito da comunidade escolar.*
- 3. Análise técnica das propostas apresentadas junto dos serviços municipais, para apurar a*

viabilidade das mesmas dentro do orçamento disponibilizado.

4. Reunião para defesa e discussão de todos os projectos concorrentes admitidos entre os jovens participantes e o executivo municipal e para eleição das propostas que serão submetidas à votação final para apuramento dos projectos vencedores.

5. Período para votação online através do site do Município de Valença para definir os dois projectos vencedores e para os quais será disponibilizado o valor estipulado para a sua concretização, com uma distribuição de acordo com o referido acima.

Naturalmente, em caso de aprovação desta proposta, será necessário elaborar uma normativa ou regulamento que determine o funcionamento de todos os processos relacionados com o Orçamento Participativo Jovem.

De seguida, o **Sr. Deputado José António Nogueira** procedeu à leitura da “**Moção de Censura ao atual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais**”, conforme transcrição seguinte:

Moção de Censura ao atual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais

O Poder Local é hoje um dos verdadeiros pilares da democracia portuguesa, tendo-se afirmado nas últimas décadas como um verdadeiro exemplo de desenvolvimento de políticas de proximidade para com a população portuguesa. As autarquias, nas suas diversas formas –municípios e freguesias – apresentam um profundo conhecimento das realidades e dinâmicas do país real, dos seus munícipes e fregueses, das portuguesas e portuguesas que constituem o tecido social do país.

Emergindo como uma das conquistas da revolução de abril de 1974, as autarquias efetuaram um caminho seguro de crescente autonomia, com uma gestão dos recursos que lhe estão afetos que é a esmagadora maioria das vezes mais eficaz e eficiente que a gestão do Governo da república e dos serviços centrais do Estado. Para além disso, as autarquias vêm-se quotidianamente na necessidade de assumir de facto aquelas que seriam as obrigações do Governo e dos seus serviços, sem a devida compensação, garantindo assim que a população não se vê privada de serviços e apoios sociais, muitas vezes essenciais, a que têm direito.

O atual Governo, da responsabilidade do PPD-PSD e do CDS-PP, em funções desde 2011, tem revelado uma postura de autêntico ataque a afronta ao Poder Local, procurando limitar a sua autonomia, manietar a sua capacidade de atuação e diabolizar o seu papel. A atual crise económica e financeira que se vive em Portugal não pode justificar esta atitude do atual Governo face ao Poder Local.

Apenas três exemplos recentes deste verdadeiro ataque do atual Governo, e dos Partidos Políticos que o suportam, às competências e autonomias do Poder Local e de serviços com forte impacto na vida dos munícipes:

1 - O Orçamento de Estado para 2014, atualmente em vigor, reduziu em 107.537.557 euros (centro e sete milhões de euros, resumidamente) as verbas a transferir para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do país, face ao ano anterior. Em 2013 a dívida das autarquias representava apenas 3,6% do total da dívida total nacional. O montante da dívida das autarquias tem apresentado nos últimos anos uma trajetória descendente, ao contrário daquilo que acontece com a dívida gerada pelo Estado Central.

Cai assim por terra a teoria governamental de que as autarquias são geradoras de má despesa e de dívidas. Os números não enganam e a realidade é que o Poder Local consegue melhores resultados do que o Estado Central com os recursos que lhe são afetos.

2 – O novo estatuto da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovado

pela maioria PPD-PSD e do CDS-PP e já em vigor, prevê que esta Entidade possa emitir instruções vinculativas quanto às tarifas a praticar, o que representa uma grave e flagrante violação da autonomia das autarquias locais.

Esta medida transforma as câmaras em meras entidades cobradoras de faturas, sendo possível antecipar um encarecer as faturas a pagar pelos cidadãos pelo fornecimento de água e tratamento de resíduos. Ao invés de dotar a ERSAR de funções verdadeiramente reguladoras deste importante setor, o caminho seguido pelo Governo insiste uma vez mais em manietar as autarquias naquelas que são algumas das suas competências.

3 – O Governo aprovou, em reunião do Conselho de Ministros do passado dia 30 de janeiro, a privatização da Empresa Geral do Fomento, sub-holding do grupo Águas de Portugal para o setor dos resíduos. Esta privatização deverá estar concluída no final do primeiro semestre do próximo ano, preparando-se o Governo para privatizar uma empresa que dá lucro, funciona bem e ganhou a confiança dos portugueses.

Pela importância estratégica da gestão dos resíduos, a gestão desta empresa deveria manter-se dentro setor público, enquanto garante da salvaguarda do interesse público. De igual modo, tanto quanto é possível antecipar em função da estratégia que vem sendo seguida pelo Governo, este é primeiro passo para futuras privatizações neste domínio, sendo que a prazo o objetivo do lucro irá sobrepor-se à qualidade deste serviço público prestado aos portugueses.

Face a tudo isto, importa denunciar e dar a conhecer à população este verdadeiro ataque do Governo, do PPD-PSD e do CDS-PP, às autarquias locais. Não satisfeito com o empobrecimento do país e dos portugueses, o Governo quer agora empobrecer também a capacidade de atuação das autarquias.

A breve trecho a população portuguesa vai começar a sentir nas suas vidas o impacto destas atitudes e decisões do Governo, sendo obrigação dos autarcas condenar veementemente esta estratégia. Por esse motivo, o Partido Socialista propõe a aprovação desta Moção de Censura ao atual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais.

Desta Moção será dado conhecimento:

À população, através de Edital a disponibilizar nos edifícios da autarquia e página na Internet;

Ao Governo, através do Gabinete do Primeiro-Ministro;

À Presidência da República.

Por último, o **Sr. Deputado Luís Cruz** procedeu à leitura do “**Voto de Louvor à Atletista Valenciana Inês Fernandes**”, conforme transcrição seguinte:

VOTO DE LOUVOR À ATLETA VALENCIANA INÊS FERNANDES

Entre os dias 12 e 15 de Junho de 2014, a valenciana Inês Isabel Maciel Fernandes fez novamente história honrando as cores portuguesas numa prova continental de Atletismo.

A atleta valenciana do ADRC Lovelhe representou Portugal no Campeonato Europeu SABIC INAS de Atletismo, que decorreu na cidade holandesa de Bergen Op Zoom e destacou-se como uma das grandes figuras desta competição arrecadando 3 medalhas para o nosso país!

A Inês Fernandes conquistou uma medalha de ouro na prova de Lançamento do Martelo com a marca de 40,09 metros e duas medalhas de prata nas provas de Lançamento do Peso com a marca de 11,63 metros e de Lançamento do Disco de 1 Kg com a marca de 35,70 metros.

Estas 3 medalhas consubstanciam um brilhante desempenho da atleta valenciana Inês Fernandes, que consolida o percurso de excelência que tem pautado a sua carreira desportiva.

Desde 2007 até hoje, a Inês participou com sucesso em Campeonatos do Mundo e da Europa, representando Portugal ao mais alto-nível com a conquista de diversas medalhas de ouro, prata e

bronze. Nestas competições o hino nacional português tem sido ouvido várias vezes graças ao empenho e à dedicação da Inês, que têm conduzido a resultados dignos de uma atleta de elite nas provas em que compete.

Porque se tornou, fruto da sua capacidade e qualidade atléticas, da sua persistência, espírito de sacrifício e dedicação, numa referência desportiva do nosso concelho e numa personalidade que honra Valença a nível nacional e internacional, representando Portugal pela Europa e pelo Mundo, apresentamos este voto de louvor e prestamos um merecido reconhecimento à atleta Inês Fernandes!

Após as referidas leituras e dado que a líder do grupo Municipal do PSD tinha solicitado um intervalo para reflexão, o **Sr. Presidente da Mesa** propôs que fosse efetuado um intervalo de cinco minutos.

Pelas 10.00 horas foram reiniciados os trabalhos e conforme a ordem das apresentações dos mencionados documentos, o **Sr. Presidente da Mesa** procedeu à abertura das respetivas inscrições.

Inscreveram-se os Srs/as Deputados (as) Cláudia Labrujó, Inês Ferreira e Óscar Silva.

A **Sra. Deputada Cláudia Labrujó**, após ter apresentado as respetivas saudações protocolares questionou relativamente ao orçamento participativo jovem, se a Câmara Municipal de Valença não tinha já um gabinete de apoio aos jovens empresários que permitisse esse tipo de fundos. Se, por um lado, considerou que o PS apresentou uma boa proposta, realçando que é assim que as coisas têm que ser feitas: através de propostas, pretendeu no entanto lembrar que há cerca de um ano e meio a Câmara Municipal ajudou a AMFV – Academia de Música Fortaleza de Valença, com o objetivo que viesse a lecionar música, sendo que, os primeiros passos desse projeto foram extremamente criticados. Desta forma, a Sra. Deputada tomou como um descontentamento do Grupo municipal do PS na altura, chegando mesmo a ter algum atrito com alguns dos elementos que constituem o referido Grupo. Deste modo pretendeu lembrar que a ajuda dada pela Câmara Municipal foi muito positiva pois os jovens estão a participar em bastantes ações. Por último considerou que, dinâmicas deste género devem ser sempre valorizadas, pelo que na eventualidade da existência do referido Gabinete, a sua votação será favorável.

O **Sr. Deputado Óscar Silva**, pretendeu responder à Sra. Deputada antecedente, dizendo que a proposta do Grupo Municipal do PS em nada tem a ver com questão do tal apoio que o Município tinha dado à Academia de Música Fortaleza de Valença. É uma proposta que surge noutra âmbito, é um processo participativo que deseja simplesmente que todos os jovens valencianos dos 15 aos 30 anos possam participar no futuro do concelho e no caso da comunidade escolar possam participar no que é o seu meio escolar, como tal nada a presente proposta nada tem a ver com o anterior. São processos absolutamente distintos, mas fica registada a opinião da sra. Deputada Cláudia Labrujó.

A **Sra. Deputada Inês Ferreira** disse que relativamente ao orçamento participativo apraz referir que esta Câmara Municipal, como a anterior liderada pela mesma equipa, já tomou iniciativa de promover o orçamento participativo em Valença, tendo sido uma medida adotada no anterior executivo e que na altura foi acusada de ser eleitoralista, como tal, já existe essa iniciativa por parte da Câmara Municipal, pelo que, qualquer cidadão valenciano poderá participar, ou seja os jovens, os menos jovens e aqueles que já têm toda a experiência de uma vida. Considerou ainda louvável que os jovens participassem, mas não será através de um concurso que os jovens vão apresentar ideias e depois irão ter um retorno monetário. Se é pretendido que os jovens participem, deveria ser incentivado no sentido de fazer de forma cívica e voluntariamente sem qualquer contrapartida monetária, sob pena de se estar a promover as ideias essencialmente materialistas da sociedade

atual.

O **Sr. Deputado Óscar Silva** ao abrigo do Regimento pediu um esclarecimento à oradora antecedente e, já na posse da sua palavra, solicitou que a sra Deputada dissesse onde é que na proposta do Grupo Municipal do PS se encontra associado um prémio monetário. Não existe prémio monetário, aquilo que existe é uma verba que naturalmente tem que existir para se poder concretizar aqueles que são os projetos que foram selecionados, tem que haver uma verba e essa verba será disponibilizada pelo Município, sendo que o dinheiro do prémio não é para ser utilizado em benefício próprio, mas sim, para investir no projeto que tem vencedor. Ainda salientou que esse tipo de projetos já existem em diversos Municípios do País e existem três que são um claro sucesso: Lisboa, Lousada e Trofa, convidando para consultar as páginas dos respetivos municípios para ser comprovado como é um verdadeiro exercício de participação cívica por parte dos jovens.

Nesta articulação, o **Sr. Presidente da Mesa** deu de seguida a palavra à **Sra. Deputada Inês Ferreira** que, na posse da mesma, disse que a proposta se referia a 20.000 Euros para o projeto vencedor relacionado com o contexto geral e de desenvolvimento no Concelho de Valença. Sendo para concretizar esse projeto, essa verba terá que ser aprovada em Assembleia Municipal e, eventualmente um projeto brilhante poderá ir além desse valor e porque não acarinhar essa perspectiva?

Com esta contextualização a Sra. Deputada referiu que nesse sentido os jovens que quiserem dar ideias para o Município fazem na altura de discussão do orçamento participativo e fazem chegar as suas propostas ao Executivo que as considerado como válidas irão introduzir necessariamente no Orçamento que posteriormente será apresentado à Assembleia Municipal para a respetiva análise e deliberação dos Membros.

Após as referidas intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta do Grupo Municipal do PS “Orçamento Participativo Jovem” e num universo de 31 votantes, teve o resultado seguinte:

20 (vinte) votos contra (dos Srs/as Deputados (as) Alberto Vilas, José Veríssimo, Elisabete Viana, Aprício Fernandes, Francisco Romeu, Paula Natal, Aurélia Correia, Inês Ferreira, Sebastião Alves, Raquel Sanchez, Jorge Moura, Avelino Marinho, Cristóvão, Fernanda Sousa, Manuel Nogueira, Jorge ; Areias, António Sousa , Rui Ferreira , Miguel Abreu.); **0 (zero) abstenções e 11 (onze) votos a favor.**

Desta forma a **proposta foi rejeitada por maioria.**

No seguimento dos trabalhos, foi colocado à discussão o segundo documento “**Moção de Censura ao atual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais**”

O Sr. Presidente da Mesa solicitou inscrições para a discussão deste documento, verificando-se a do Sr. Deputado José António Nogueira e da Sra. Deputada Inês Rita Ferreira.

O **Sr. Deputado José António Nogueira** disse que o Grupo Municipal do PS tinha apresentado esta Moção de censura ao atual governo e cingindo-a, nomeadamente, ao âmbito de competências e de atribuições das autarquias locais e em particular, à problemática da água e dos resíduos. Efetivamente ao nível nacional outros exemplos poderiam ser dados, como sejam: os cortes, o aumento dos impostos aos portugueses, mas foi pretendido essencialmente cingir a Moção de Censura ao âmbito de competências das autarquias locais. Efetivamente, a dívida das autarquias representa no orçamento de Estado apenas 3,6% e essa percentagem, costuma ser dito pelo próprio, que é a dívida melhor que o País tem porque as Câmaras Municipais, por norma são aquelas que melhor aplicam os dinheiros públicos, são aquelas que estão numa relação de proximidade com os seus habitantes e como tal sabem das carências e das necessidades por que estes passam. Este

ataque que o governo se prepara para fazer e já falado, relativamente à água (tudo, leva a crer que vai ser privatizada: até o Papa diz que a água deve ser de todos), é um elemento fundamental, é um elemento de vida. Também a recolha dos resíduos vai sofrer um encarecimento brutal. Estes dois serviços são essenciais às populações e é por isso que o Grupo Municipal do PS apresentou a referida proposta de repúdio pela atuação do Governo (e dos partidos que o apoiam).

O Sr. Deputado disse ainda que apelava à consciência, com a certeza de que o PSD não tinha gostado do que tinha sido dito, mas a verdade, é que é um governo que tem suporte parlamentar e que está a « ir ao bolso», mais uma vez dos portugueses. O Governo e os partidos que o suportam. Como tal solicitou aos Srs. Deputados que votassem em consciência, com certeza que sendo apologistas de uma autarquia mais digna, mais capaz, teriam necessariamente de votar favoravelmente a Moção.

No prosseguimento da Sessão, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à **Sra. Deputada Inês Ferreira** que começou por dizer que a Moção de censura ao Governo é costume ser apresentada na Assembleia da República e, dias atrás, foi apresentada na mesma e chumbada. O líder do PS não se encontrava presente para votar a Moção de censura ao atual Governo. Por outro lado, é sabido que a ANMP se encontra neste momento numa fase de negociação com o Governo relativamente a uma proposta a apresentar pela mesma em relação às receitas municipais. Em relação à forma de recrutar pessoal e também relativamente ao equipamento público. Não parece correto que nesta fase negocial, a Assembleia Municipal de Valença aprove uma moção de censura ao Governo, mas sim pelo contrário, mostrando a disponibilidade para essa negociação, pelo que o voto do Grupo Municipal do PSD será necessariamente contra.

De seguida, o **Sr. Deputado José António Nogueira** fez um pedido de esclarecimento e na posse da palavra disse que a Sra. Deputada Inês Ferreira com certeza que deveria ter a televisão espanhola ligada Efetivamente, o Dr. António José Seguro foi votar a Moção em causa e gostaria de saber se a Sra. Deputada Inês Ferreira tinha outras informações acerca do seu voto à moção de censura que não fossem as do conhecimento geral, pois os portugueses puderam ver através da televisão o Dr. António José Seguro, concluindo ser esta uma reposição da verdade factual conhecida por todos.

A **Sra Deputada Inês Ferreira** disse que a pergunta efetuada pelo Sr. Deputado José António Nogueira não esclarece rigorosamente em nenhum assunto o tema em discussão e, por outro lado, não tem porque dizer se viu na televisão portuguesa, espanhola ou galega.

Por último, a Sra. Deputada referiu que dava como noticiado e os jornalistas sabem disso muito bem, a informação transmitidas pelas notícias.

Após as referidas intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** comunicou que havia condições para ser votada a “**Moção de Censura ao atual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais**” apresentada pelo Grupo Municipal do PS.

Assim e num universo de 31 votantes, teve o resultado seguinte:

20 (vinte) votos contra (dos Srs/as Deputados (as) Alberto Vilas, José Veríssimo, Elisabete Viana, Aprício Fernandes, Francisco Romeu, Paula Natal, Aurélia Correia, Inês Ferreira, Sebastião Alves, raquel sanchez, Jorge Moura, Avelino Marinho, Cristóvão, Fernanda Sousa, Manuel Nogueira, Jorge Areias, António Sousa , Rui Ferreira , Miguel Abreu.) ; **1 (uma) Abstenção** da (Sra. Deputada Cláudia Labrújo) e **10 (dez) votos a favor**.

Desta forma, foi a referida Moção **rejeitada por maioria**.

No prosseguimento da Sessão o Sr. Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte” **Voto de**

Louvor à Atleta Inês Fernandes”, com inscrições para a discussão do Sr. Deputado Luís Cruz e da Sra. Deputada Aurélia Correia.

O **Sr. Deputado Luís Cruz** disse que pretendia reafirmar o que todos os valencianos devem assumir como uma verdade: o facto da Atleta Inês Fernandes ter levado o nome de Valença a toda Europa e a todo o Mundo. Por isso gostaria de contar com a unanimidade de todos os Membros presentes, no sentido do voto favorável a esse louvor.

A **Sra Deputada Aurélia Correia** que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, disse que mais uma vez a atleta Inês Fernandes está de parabéns e continuam a considerar pertinente e importante todo o apoio que o Município de Valença tem disponibilizado para a Atleta: os transportes três vezes por semana, os subsídios e a bolsa de estudo e um apoio pontual à Associação que a Atleta pertence como a todas as coletividades e os seus atletas pelo que o voto do Grupo Municipal do PSD de Valença será favorável.

De seguida, foi solicitado pelo Sr. Presidente da Mesa que fosse preparado o espaço para o exercício de votação individual e que em termos de metodologia haveria a chamada individual dos Senhores Deputados.

Findo o ato de votação e após contagem dos 31 votos, foi verificado o resultado seguinte:

0 (zero) votos contra; 1 (um) voto em branco e 30 (trinta) votos a favor, pelo que o Voto de Louvor à Atleta Inês Fernandes **foi aprovado por maioria**.

INTERVENÇÕES POLÍTICAS E INTERPELAÇÕES AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Sr. Presidente da Mesa** prosseguiu com a Sessão sem antes informar o Plenário que se encontrava presente uma funcionária da Câmara Municipal de Cerveira com o objetivo de assistir aos trabalhos da Sessão. Nesse sentido agradeceu a sua presença, com a expectativa que os trabalhos da Assembleia Municipal de Valença sirvam para a ajudar no seu trabalho quotidiano.

De seguida e de acordo com a alínea d) do artigo 35º do Regimento “Intervenções Políticas e Interpeleções Oraís ao Sr. Presidente da Câmara Municipal” o **Sr. Presidente da Mesa** abriu este último ponto do respetivo período.

Intervieram na discussão deste ponto, os Srs (as) Deputados (as):

Sra. Deputada Cláudia Labrujó que referiu a existência de graves problemas no saneamento em Valença, particularmente no que diz respeito no saneamento que atravessa a Quinta do Prazo. Existiu à mais de dez anos uma carta a solicitar uma intervenção por parte da Câmara Municipal de Valença nesse local, carta essa, que nunca obteve qualquer resposta.

Desta forma, os proprietários a título particular têm efetuado obras. Não obstante a Câmara Municipal de Valença no passado fez alguma intervenção, mas não terminou. Deste modo com as recentes chuvadas, essa área ficou uma autêntica mina a céu aberto.

Nesse sentido questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o que é pretendido fazer sobre o referido assunto e se já disponibilizaram os serviços técnicos para irem verificar a situação, fazer estudo e obra, uma vez que passa saneamento público, com caixas de saneamento e águas pluviais, sendo que, sobre esse problema a Câmara Municipal tinha colocado um tubo de águas pluviais sem conhecimento dos proprietários e não havendo posterior rejeição dos mesmos.

Salientou ainda que, a referida quinta tem ajudado a divulgar Valença através do seu projeto turístico e nesse sentido, solicitou esclarecimentos sobre o referido assunto.

O **Sr. Deputado Francisco Romeu**, disse que não pretendia fazer qualquer tipo de interpelação, mas sim, comunicar e registar o sentido pesar do presente falecimento do Senhor Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias – Dr. Joaquim Cândido Leite Moreira, também Presidente da Junta de freguesia de Padronelo eleito pelo PS – circunvizinha da cidade de Amarante.

Com esta contextualização e a pedido do Sr. Deputado Francisco Romeu, o Sr. Presidente da Mesa solicitou ao Plenário a realização de um minuto de silêncio.

Após o referido tempo, o Sr. Presidente da Mesa informou que a Mesa fará chegar à Direção da Anafre o ato praticado.

Na continuação da ordem dos trabalhos, foi dada a palavra ao **Sr. Deputado Rui Ferreira** que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, informou que o caminho do Outeiro na freguesia de Fontoura já tinha sido pavimentado e os fontourenses estavam muito felizes.

Pretendeu fazer um exercício: no passado, em plena campanha eleitoral e ainda no tempo do anterior Presidente de Câmara havia a tendência a minimizar determinadas ocorrências.

Em Fontoura existia a estrada de S. Miguel e a rua do Outeiro em construção, andando os funcionários da Câmara Municipal a fazer riscos para o saneamento. Nesse sentido, reforçou que não tinha sido feito nada de extraordinário.

O **Sr. Deputado José Areias** após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença e aos Srs Vereadores pela colaboração na realização da 4ª Edição do Festival “ Os Sabores Serranos”. Ainda dirigiu esse agradecimento a todos os que tiveram presentes e a todos os que estiveram envolvidos na realização desse evento que permitiu a divulgação de S. Julião, as suas tradições e não seria possível sem o Vosso apoio: *o nosso muito obrigado.*

O **Sr. Deputado Fernando Aprício**, após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, efetuou um elogio ao Município pela primeira participação nos “ Sabores do Anho” que se tinha realizado no passado dia 14 e 15 de junho. Teve a oportunidade de estar presente, verificou que é um dos pratos de Valença típico e que divulga a gastronomia valenciana, mais especificamente a de Gondomil, Sanfins e Boivão.

Com base na importância e necessidade de bons acessos rodoviários, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal informações sobre a execução de pavimentações em Gondomil e Boivão.

O **Sr. Deputado Orlando Vasco** que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares questionou sobre a recente decisão do Tribunal Constitucional de distribuição dos subsídios de férias aos funcionários. Nesse sentido pretendeu saber junto do Senhor Presidente da Câmara Municipal se já tinha sido efetuada essa restituição ou para quando estará prevista. Por sua vez, solicitou informações relativas ao não funcionamento do sistema de água na rotunda da Trapicheira, o qual se encontra desligado há muito tempo. Pelo facto dessa rotunda estar num ponto central de entrada para quem vem e visita Valença, pretendia saber se está prevista brevemente a sua reativação.

Uma outra questão, relacionou-se diretamente com o trágico acontecimento a uma família de S. Pedro da Torre, pois a mesma teve um incêndio na sua casa, ficando numa situação muito difícil.

Desta forma, pretendeu saber qual o apoio que a Câmara Municipal de Valença tinha dado e qual o acompanhamento efetivo dessa situação e respetiva avaliação e resposta dos serviços sociais da Câmara Municipal ao acontecimento em apreço, pois infelizmente em Portugal têm acontecido situações similares pelo que é de extrema importância a Câmara Municipal ter a capacidade de dar

uma resposta eficaz e nos diversos níveis sobre esse tipo de situações.

Uma outra questão que foi colocada, relacionou-se com o saneamento e o « mau cheiro» na zona do Corgo: entre Cristelo-Côvo e Arão. Essa situação persiste há vários anos, o cheiro é nauseabundo e prejudica a saúde pública. As informações que subsistem indicam a existência de habitações que estão a fazer escoamento de esgotos numa conduta de águas pluviais, pelo que seria conveniente saber tecnicamente o que se está a passar, procurando uma solução.

Ainda relativamente a outra questão, referiu o amianto existente na EB2-3/S Valença nomeadamente ao existente no passadiço e nas coberturas do edifício da referida escola e, considerou que, atendendo que desde janeiro de 2005 não é permitida a comercialização nem a instalação desse tipo de material e, sabendo que recentemente houve uma visita técnica ao local com o acompanhamento de professores da escola, com o acréscimo de toda a comunidade escolar estar muito preocupada com o que poder ser uma aparente falta de interesse por parte do Município de resolver esta situação, pretendeu saber a posição definitiva da Câmara Municipal sobre este assunto.

Por último e ainda relativo à proposta do PS do orçamento participativo jovem já rejeitado, pretendeu saber caso exista um projeto jovem que se enquadre nesse espírito, o que é que os jovens devem fazer porque, se bem tinha entendido as palavras da Sra. Deputada Inês Ferreira, será apenas aquando da preparação do orçamento é que será possível apresentar os projetos e isso não tem muito a ver com a prática diária. Considerou ainda que um orçamento participativo deve ser algo que esteja à disposição da sociedade, sempre que seja necessário.

O **Sr. Deputado Óscar Silva** que se referiu ao facto de recentemente a Câmara Municipal de Valença ter realizado o passeio sénior anual, levando os valencianos seniores a visitar o Porto, terminando com jantar na quinta da Malafaia- Viana do Castelo. Deveria ser tudo considerado normal, visto ser uma iniciativa recorrente e importante para a confraternização da população sénior do concelho. O que foi considerado estranho pelo PS foi o facto desse serviço, desse passeio ter sido adjudicado a uma empresa com pouco tempo de implantação no setor turístico e de viagens, por isso com poucas provas dadas: a Bon Voyage.

Nesse sentido pretendeu questionar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença sobre o porquê de ter sido atribuído este serviço à Bon Voyage em detrimento de outras empresas do setor com implementação em Valença e com mais experiência neste tipo de serviços. Deixou essa questão ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, salientando que devido à estranheza da situação de adjudicação do referido serviço à mencionada empresa, levou a que os Srs. Vereadores do PS a solicitassem na Reunião da Câmara Municipal, o processo de adjudicação sobre a realização do referido passeio. Desta forma, foi constatado que a Câmara Municipal tinha pedido dois orçamentos: um à Avic e outro à Bon Voyage, ou seja, não tinha sido seguido aquilo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha afirmado: a aplicação da regra de serem sempre pedidos três orçamentos quando vai fazer uma adjudicação por ajuste direto. O Sr. Deputado prosseguiu, dizendo que existiu uma maior investigação e que levou a concluir que a Bon – Voyage é apenas um nome comercial. O nome de registo da empresa é Emprosil e foi constituída em 2012 com o objeto social de comércio a retalho de materiais de construção civil, sendo que apenas em Outubro de 2013 a referida empresa mudou o seu objeto social para agência de atividades turísticas sendo curioso que poucos meses depois foi-lhe atribuído o serviço de passeio sénior.

Após maior análise, foi constatado que os ajustes diretos efetuados pela Câmara Municipal tinham uma coincidência: Emprosil, Narom e Radical Canela, são três empresas com as quais a Câmara Municipal tem celebrado contratos de adjudicação e que estão sediadas no mesmo local, sito; Ed. S. Gião – em Valença. No prosseguimento da análise ainda verificaram que o Sr. Manuel

Moran é o proprietário da empresa Narom, através da qual o Município tem trabalhado frequentemente, sendo que, também é proprietário das outras duas empresas. Uma outra questão, relacionou-se com o facto da empresa Radical Canela ter sido constituída em Julho de 2013 e quatro meses depois estava a construir um muro em S. Julião no valor de cinco mil euros mais IVA. Uma adjudicação por ajuste direto, entregue a uma empresa sem provas dadas e sem pedir orçamentos alternativos. A referida confiança depositada pelo Município a essas empresas, levou a outra pesquisa e de acordo com uma alteração da Lei aos contratos públicos, só pode haver adjudicação de ajuste direto a uma mesma empresa, no valor de 150.000 Euros, em 3 anos civis consecutivos.

Nesse sentido o Sr. Deputado salientou que, a perceção que fica é a de que essas empresas foram constituídas para contornar a referida imposição legal dos contratos públicos. Salientou que não está a afirmar que existiu qualquer tipo de ilegalidade – até porque não tem conhecimento jurídico sobre a matéria, no entanto, como opinião, considera haver imoralidade e atropelo à ética que deveria prevalecer em qualquer Câmara Municipal, particularmente quando existem imensas empresas de diversos setores a passar mal no Concelho, com dificuldades neste período conturbado de crise e o recomendável será que o Município atribuisse serviços, em vez de considerar essas três empresas que usam artefactos legais para ultrapassar os limites dos contratos públicos.

Finda a mencionada intervenção, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que o Sr. Deputado Óscar Silva tinha utilizado o dobro do tempo disponível de intervenção e que ficaria registado em ata que o Presidente da Mesa tinha autorizado esse período de intervenção prolongado.

A **Sra. Deputada Paula Natal**, após ter apresentado as respetivas saudações protocolares questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o facto de ter ficado intrigada sobre a existência de muitas notícias relativas ao comboio internacional Porto – Vigo: com paragem em Nine, em Viana, tudo.., menos em Valença.

Com esta contextualização e após de ter lido o comunicado emitido pelo próprio gabinete de comunicação do Município, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se afinal o comboio internacional tem paragem ou não em Valença, e, em caso afirmativo, que tipo de paragem faz: comercial ou técnica ?

A **Sra. Deputada Aurélia Correia**, informou que tinha conhecimento que no dia 19 de junho do presente ano fora assinado um acordo de cooperação de saúde entre o norte de Portugal e Galiza e que em 2015 poderá haver livre circulação de população, dos dois países para um serviço de saúde, consultas e tratamentos. Nesse sentido, perguntou, se Valença também será contemplada com esse acordo.

O **Sr. Deputado Jorge Moura**, que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, questionou sobre o encerramento de escolas, situação que tem sido divulgada em vários órgãos de comunicação social. Nesse sentido questionou se em Valença está previsto algum encerramento de escola, nomeadamente o infantário de Fontoura e/ou a EB1 de Gandra.

A **Sra Deputada Elisabete Viana**, que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, informou que a ANAFRE tinha perdido um grande homem, seu amigo pessoal e de diferente corrente política. Apesar de nos últimos anos estar a exercer funções na qualidade de Presidente, esteve durante muito tempo como Vice – Presidente da ANAFRE e sempre zelou pelo interesse das freguesias, nunca olhando a qualquer «cor» política. A última conversa que teve com o Dr. Cândido Moreira, a sua preocupação era motivada pelo facto de, o próprio e a sua esposa estarem doentes e não terem a capacidade de dar apoio ao sogro, o qual estava com uma idade avançada e, essa era a maior tristeza que tinha. Após momento de partilha com os presentes sobre o falecimento do Dr. Cândido Moreira, a Sra. Deputada referiu que, no dia dezassete de maio realizou o passeio sénior, participando como sénior e não como autarca, fazendo com que não sentisse o

stress de passeios anteriores, permitindo melhor análise do envolvimento de toda a viagem. Foi um convívio entre freguesias, as pessoas estavam contentes e bem dispostas, mas reconheceu, a dificuldade de organizar um passeio para setecentas pessoas.

Desta forma, felicitou a Sra. Vereadora e os funcionários que com ela trabalham, pelo excelente trabalho desempenhado e de igual modo as juntas de freguesia, pois por experiência própria, sabe que estão presentes não para passearem mas para desenvolverem um trabalho de apoio aos fregueses. Reforçou ainda a importância do trabalho desenvolvido pelos Bombeiros Voluntários de Valença que foram sempre incansáveis, sempre ao serviço de todos e por último dizer que a agência prestou um excelente trabalho, sendo que, ao contrário de anos anteriores: não era uma empresa espanhola.

Salientou ainda o trabalho desenvolvido pela Guia que ia no seu autocarro: uma jovem alegre, comunicativa e muito responsável, estando sempre atenta ao seu Grupo.

Nesse sentido, fez sobressair que o passeio tinha corrido muito bem e como uma grande experiência, pelo que espera que, no próximo ano, se volte a realizar.

A **Sra Deputada Inês Ferreira**, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação relativo ao Plano de Ordenamento da Zona Industrial de Valença.

Referiu ainda que, relativamente a matéria anteriormente discutida, será importante salientar a existência do programa de apoio Finicia destinado, nomeadamente a jovens empreendedores.

Após as interpelações efetuadas pelos Srs/as Deputados (as), o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença** que, após respetivas saudações protocolares, informou que iria iniciar a sua intervenção exatamente pelo problema existente na Quinta do Prazo.

Nesse sentido, informou que já tinha sido pedida uma peritagem na referida zona, sendo que constatou que existe algum incómodo que isso venha a acontecer, pois, alguém ocultou uma saída de águas pluviais com cerca de um metro de diâmetro, cujo percurso de água, viria da zona do caminho de ferro/ casa do Benfica. Essa situação fez com que ao longo dos anos, perdurasse o referido trajeto, sendo que, a referida quinta sempre recebeu muita água, as cartas militares e os registos hidrográficos mostram essa realidade. Havia duas linhas de água e foram entubadas e cada vez existem mais estradas impermeabilizadas, jardins, o que vem a complicar a situação.

O Sr. Presidente da Câmara salientou que, caso não tivesse sido ocultada a referida saída de águas pluviais e dado o diâmetro subjacente à mesma, permitiria que o problema não fosse colocado.

Não obstante, teve que ser efetuada uma intervenção de emergência pela Câmara Municipal pois caso isso não acontecesse, todo o morro que se encontrava na referida área, seria arrastado com as chuvadas de inverno.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que tinha sido efetuada uma intervenção na referida área às expensas da Câmara, sendo que, este facto não deveria ter ocorrido. Os responsáveis deveriam estar presentes e serem responsabilizados. Porém, reconhecendo valor intrínseco na referida quinta e havendo um conhecimento geral que na referida quinta existia tubagem do Município na referida área, foi efetuado um transvasso da água para outro local, resolvendo parte do problema. Apesar do referido esforço, existem outras tubagens, uma linha de saneamento que a Câmara Municipal tinha construído no passado, ainda no tempo da família Prata e conforme alguma informação, o direito a essa passagem foi paga pela Câmara Municipal.

Essa situação, faz com que, na concretização do pagamento pela Câmara Municipal para ser

permitida a referida passagem, quem a seguir comprou a referida quinta, comprou a mesma com esse ónus. Posteriormente foi efetuada uma enorme terraplanagem, esquecendo-se que por ali passava todo o saneamento, sendo que mais tarde foi passada a licença de utilização, sendo toda esta situação, exógena ao atual executivo.

Não obstante, a Câmara Municipal assumirá a responsabilidade se a linha de saneamento que no local se encontra, seja a marcada em toda a planta da edificação, pois já existiu uma tentativa de encontrar as caixas e elas não se encontravam na referida área, com base no levantamento topográfico existente. Porém, caso se venha a confirmar a existência da referida linha e de acordo com o que está na planta, a Câmara Municipal assumirá a responsabilidade e até será proposto o desvio do saneamento para não existir problemas no futuro. Porém, caso essa situação não seja verificada, então alguém vai ter que assumir a sua responsabilidade. A APRH – norte será chamada e cada um dos intervenientes em todo esse processo terá que ser chamado para assumir a sua responsabilidade. Numa primeira análise efetuada ao local, verifica-se que não haverá problema de saneamento, mas sim águas pluviais que faz com que exista uma «armazenagem de água» ao lado do lago.

O Sr. Presidente da Câmara ainda disse que no presente dia estava prevista uma peritagem dos serviços da Câmara ao local e tem a expectativa de durante o mesmo ainda ter algum tipo de resultado. De qualquer modo, reforçou que a primeira responsabilidade é de quem fez toda intervenção, recorrendo a uma correção artificial desses terrenos, pois anteriormente eram todos em socalcos e taludes e com uma regadeira de águas sempre à sua volta. Por último salientou que dada as variáveis de toda essa situação, tudo aponta para que venha a ser necessário a nomeação de um perito para a realização de uma peritagem bastante detalhada.

De seguida e no que diz respeito às intervenções nas freguesias, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que em Fontoura tinha sido efetuado um investimento extraordinário nos últimos quatro anos, situação que não tinha propriamente acontecido noutras freguesias, cujo valor ascende a mais de um milhão de euros. Como tal foram resolvidos imensos problemas do passado e ainda hoje o Sr. Presidente da Junta de Freguesia faz apenas referencia à existência do caminho do outeiro. Com a pavimentação efetuada além do referido caminho, também foi pavimentado o alargamento da Ponte de St. António, porque alguém no passado tinha feito uma estrada, mas tinha esquecido a ponte. Assim e depois de alargada a ponte às expensas da Câmara Municipal, resolveu pavimentar aquele troço que faltava, bem como a do rio Torto: o alargamento que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia pretendeu fazer que teve o assentimento da Câmara Municipal, dando disponibilidade de mão de obra, máquinas, foi alargada a curva e posteriormente feita a pavimentação. Quando o Sr. Presidente da Junta de Freguesia diz que fez o que estava previsto, é uma situação complicada pois para esse facto necessitaria de um orçamento a dez anos.

Quanto a Boivão–Gondomil, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que estava ser feito um levantamento para pequenas pavimentações a serem executadas em breve, nomeadamente a da entrada de Boivão. Também disse que após os proprietários serem convencidos a cortarem arbustos, pinheiros e carvalhos com vista a eliminação de raízes que faziam lombas com a devida regularização, a estrada será toda pavimentada. O Sr. Presidente da Câmara ainda salientou que é uma obra «pesada», com muitos kms, entre Gondomil e Boivão. Essa obra está em orçamento e faz parte do compromisso do atual executivo para os quatro anos. Como tal, no presente ano será efetuada uma intervenção e resolver os dois problemas que a estrada tem e, como tal, essa obra terá um custo que rondará os 150.000 € - sujeita ao respetivo concurso público, como foram as anteriores pavimentações: norte e a sul, realizadas no ano anterior – porquê?

Porque é uma altura boa para realizar um concurso público, existem condições para o menor

preço de obra possível.

Com esta contextualização, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença passou a responder diretamente ao Sr. Deputado Óscar Silva à matéria pelo próprio interpelada, dizendo que, existem três formas de contratualização: concurso público; concurso por convite; ajuste direto.

Sendo as três formas legais e, como legais, passam a um ato de gestão e quem gere, assume essa responsabilidade. De qualquer forma, diretamente quis dizer ao Sr. Deputado Óscar Silva algo, que os Srs Presidentes de Juntas de Freguesia sabem muito bem e que se relaciona com o processo de negociação. Quando existe um ajuste direto é para «matar preço». Caso os Srs Deputados consultem os ajustes diretos da Câmara Municipal verificam preços reduzidos. Pretendendo podem fazer determinado tipo de comparação, aquando de obras com o mesmo tipo de material, as mesmas condições de terreno existentes nos municípios circunvizinhos, para poderem atestar o valor menor pago pela Câmara Municipal de Valença. Esse facto é possível porque são chamadas as empresas de forma individual, é apresentado o preço e o resultado é simples: se pretende fazer a obra, tem que ser necessariamente por esse valor. E quando em processo de concurso público, são enviados três convites é por que já existiu uma abordagem a seis empresas. A título de exemplo o Sr. Presidente da Câmara fez referencia ao troço da ecopista em S. Pedro da Torre que utilizou material a 12 €/m² quando os mesmo material e para o mesmo fim, noutra município, foi pago ao dobro do referido preço. Esta situação explicou ao Sr. Deputado, advêm de negociação: quem quer aceitar o preço, executa a obra. Essa é a grande diferença, quando a Câmara Municipal faz um ajuste direto é para diminuir preços correntes e, isto tudo, porque a Câmara Municipal de Valença agora tem a capacidade de pagar e por isso os bons empreiteiros pretendem trabalhar com a Câmara Municipal de Valença, alguns, até são oriundos do sul do país.

Na continuação disse que, quando o Sr. Deputado Óscar Silva se refere a empresas locais, o Município de Valença é daqueles que mais trabalha com as empresas locais. Os fornecimentos do Município são quase todos de empresas locais, sendo que, para esse facto, no inicio do ano apresentam orçamentos em contínuo. Foi a primeira Câmara Municipal a fazer esse tipo de orçamentos. Ainda salientou que o Sr. Deputado se tinha referido ao apoio às empresas locais, particularmente pelo muro feito em S. Julião. Existem três empresas boas para este tipo de atividade: Em Sanfins foi feito um muro de pedra a 35 euros /m², em Friestas foi feita uma reconstrução a 45 €/M² e outro em pedra a 60 €/ M². O muro de S. Julião, foi feito a 55 €/M² com pedra, o que representou uma economia de 5 €/ M² para o Município e tudo isto foi possível porque a empresa estava no local com máquinas, pois estava a fazer o saneamento em Fontoura. Essa empresa, chamava-se Narom. Essa empresa tinha chegado ao limite do ajuste direto, mas havia outra empresa do grupo, com toda logística no local. Essa situação fez com que existisse uma diminuição do preço da obra. Será exatamente assim que deverão funcionar os ajustes diretos e como tal a questão da ética e da moralidade que colocou sobre as empresas locais não faz muito sentido. A Câmara Municipal de Valença se tem razões de queixa é de empresas locais, como a empresa: Gonçalves & Cachadinha, empresa sobejamente conhecida e sem preços para poder estar presente em obras públicas. Em forma de resumo e com o objetivo do assunto ficar esclarecido, o Sr. Presidente da Câmara disse que a empresa que ganha o concurso público é porque tem preço – isto em obras sem grande complexidade e que não necessite da análise de outras variáveis nomeadamente quando diz respeito a trabalhos altamente especializados.

Situação diferente, serão as empresas alvo de ajuste direto e que nesse caso, o preço é obrigatoriamente «esmagado»: tem proposta para aquele preço, tem a obra. Se não tem, de seguida é abordada a segunda empresa da lista, caso não tenha, será abordada a empresa seguinte, assim consecutivamente. E, porque existe muita poupança com essa metodologia, esse vai ser « a pedra de toque» para os próximos três anos. A empresa que mais obras ganhou neste Concelho, chama-se

Artur Alves de Freitas e fez mais do que o triplo da empresa que o Sr. Deputado anteriormente tinha referido e vai continuar a fazer. O Município de Valença quer continuar a trabalhar com essa empresa porque é eficiente, porque tem bom preço e fazem um bom trabalho. Existem também outras empresas com boa referencia, como é caso da: Narom; Martins & Filhos; Sebastião da Rocha Barbosa, HabiMonção. Sendo empresas boas, o Município trabalha com elas.

Localizando este assunto ao Concelho, o Sr. Presidente da Câmara salientou que Valença tem um problema que é o de exatamente não ter empresas preparadas para concorrer a obras públicas e, na eventualidade de o alvará contemplar algum tipo de obras a sua estrutura interna não lhes permite assumir esse tipo de responsabilidade, quer em fase de concursos como em fase posterior de obra, sendo que os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia tiveram essa experiência: a falta de empresas de Valença com determinada capacidade nos seus diversos níveis, aquando do processo construtivo de casas mortuárias. Um outro exemplo a este nível, é a existência de empresas com capacidade para concorrer a pavimentações. Quando num concurso existe a necessidade de proceder a pavimentação, a maior parte das empresas ficam arredadas do Concurso porque simplesmente não têm preço. Recentemente foi realizada uma reunião com a Betominho com o objetivo de uma tentativa para reativação da central de betuminoso, pois até Vila Verde e Esposende não existe nenhuma central do género. Essa situação faz com que, sempre que há um concurso de pavimentação as empresas Marom ou Cofsa, ambas localizadas no Porrinho, se encontrem em vantagem no preço porque possuem esse tipo de central, conseguindo um betuminoso muito mais barato, nem que seja apenas, pela economia existente no respetivo transporte.

Pelo facto do Sr. Presidente da Câmara ter ultrapassado o período de tempo regimental previsto, o Sr. Presidente da Mesa permitiu mais um minuto para que pudesse concluir as suas respostas, sendo esta situação semelhante aquando se verifica a mesma necessidade com os Srs. Deputados e com a respetiva concordância do Plenário.

Assim, o Sr. Presidente da Câmara Municipal prosseguiu com a sua intervenção, dizendo que uma outra questão relacionava-se com o Subsídio de Férias aos funcionários da Câmara Municipal e que o mesmo já tinha sido pago. Realçou ainda que este facto foi possível por a Câmara Municipal de Valença tinha a possibilidade de o fazer e apesar de não estar previsto em orçamento, implicou uma liquidez necessária de cerca de 465.000 euros.

No que diz respeito à avaria no chafariz da rotunda da Trapicheira, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que o mesmo está desligado porque a tubagem encontra-se corroída pelo que, particularmente os «bicos» têm que ser substituídos, encontrando-se previsto o arranjo/substituição em julho do presente ano, com a desvantagem de ser uma empresa de Viseu que faz este tipo de trabalho. Quanto ao amianto nas escolas, especificamente o que se passa na Eb 2-3/s de Valença, o Sr. Presidente da Câmara disse que tinha sido recebida uma carta da DREN a dizer que a escola está enquadrada na perspetiva de investimento. A Câmara Municipal tem um plano para a intervenção no passado. Nesse sentido o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que aguarda que a DREN assuma as despesas do trabalho que tem que ser efetuado, caso esse facto não aconteça, a Câmara Municipal de Valença irá intervir por iniciativa própria.

De qualquer forma sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que essa obra é da responsabilidade do Ministério de Educação, sendo que na relação com o Estado é importante salientar que o Estado tem uma relação particular com as Câmaras, porem muitas vezes transfere a responsabilidade para os Municípios e nem sempre as Câmaras recebem os respetivos pagamentos.

Não obstante e dada a temática que é subjacente a toda questão, a Câmara Municipal de

Valença está disponível à sua e respetiva contribuição.

Após finda a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Presidente da Mesa por volta das 11.30 horas propôs com a concordância do Plenário a realização de um intervalo.

Pelas 11.45 horas o Sr. Presidente da Mesa reiniciou os trabalhos, passando ao primeiro ponto da ordem do dia.

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”.

1º PONTO – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal

Com a respetiva inscrição, intervieram os seguintes Membros:

O **Sr. Deputado Rui Ferreira** que referiu as obras que tinham sido feitas no caminho do Outeiro, considerando que de facto tinham sido acrescentados mais dois troços. Considerou ainda o acréscimo de 293 Mt2 no alargamento de uma curva, em rio Torto e 40n2 na Ponte. O preço que foi apresentado era de 13,00 Euros/M2 com tout-venant - 6 cm, sendo também efetuado o respetivo levantamento de caixas, pelo que considerou a obra com preço excelente.

Salientou ainda que tinha sido a freguesia a meter a canalização das águas, com as grelhas, com o regadio, contribuindo para a obra com o trabalho. Em breve seriam colocadas as ligações entre a diferença do alcatrão aos muros e também calçada à Portuguesa com junta cimento.

Considerou também que a obra efetuada deverá ser motivo de orgulho das duas Entidades envolvidas: Junta de Freguesia de Fontoura e Câmara Municipal de Valença, cuja concretização permitiu que resultasse num bom preço.

O **Sr. Deputado Óscar Silva**, referiu que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha dito que a questão dos ajustes diretos era para “ matar preços”. Ainda assim, considerou que deveria haver evidência daquilo que são os vários orçamentos para então ser conseguido o melhor preço nas respetivas obras. Como tal, não foi constatada nenhuma evidência. Curiosamente duas adjudicações que foram verificadas, na análise efetuada não existiam vários orçamentos, para ser possível essa comparação. No que diz respeito ao processo de justificação do Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente à entrega das obras por ajuste direto, voltou a referir que não havia ilegalidade mas existia um atropelo moral e ético porque, a existência da alteração à Lei dos Contratos Públicos ocorreu para todas as Câmaras Municipais não poderem celebrar adjudicações maiores que 150.000,00 Euros em três anos consecutivos a uma mesma empresa. Assim, o que foi feito é uma esperteza, a qual se diz habitual dos portugueses, mas pelos vistos também existe noutros países, sendo um subterfúgio para contornar a Lei que está nos Contratos Públicos.

Considerou então, um atropelo ético e a Câmara Municipal partícipe disso, porque está a entregar a três empresas do mesmo proprietário projetos que certamente ultrapassam esses valores.

São três empresas diferentes, mas o proprietário é o mesmo.

Solicitou também maior informação sobre o esgoto no lugar do Corvo, pretendendo saber o que se passava sobre essa situação.

No que diz respeito à intervenção da Sra. Deputada Inês Rita Ferreira referiu que o Valença Finicia é um projeto de apoio ao empreendedorismo jovem que implica uma taxa de juro, sendo verdade que esse facto permite ajudar os jovens a criarem o seu próprio negócio. Porém, o que está por base no orçamento participativo jovem não é isso. O que está por base, é promover um processo participativo em que os Jovens possam efetivamente com a sua opinião e ideias apresentarem junto do Município, contributos para o desenvolvimento do Concelho. Como tal, não podem ser comparadas «coisas» que não podem ser comparáveis. Reafirmou que o orçamento participativo jovem seria uma grande oportunidade no Município de Valença, para dar voz aos jovens Valencianos, sendo um projeto que está a ter um impacto muito positivo noutros Concelhos e não vê porque não se pode ter em Valença.

O **Sr. Deputado José António Nogueira**, referiu que o Regimento não era atualizado; que a aprovação de uma ata demorava quatro meses, que existiam Comissões apenas no «papel» - leia-se Regimento, como seja a Comissão Multidisciplinar Integradora, que no desrespeito da Lei e que morreu, quase à nascença, de “parto prematuro”. É o *non facere, dulce far niente, laissé non faire – laissé passe*. Omissão completa de trabalho por parte desta Assembleia. Do outro lado, Deputados Municipais como filhos de um Deus Menor, o mal que é só menos mal porque a maioria ainda funciona em tese, que não a nossa, ou seja também se cultiva (sentado) o *non facere, o dulce faniente, o laissé non faire – laissé passe*. A omissão completa da ação, da iniciativa, do progresso desta terra. Certo é que desde a instalação do Órgão Municipal os Deputados Municipais não receberam o valor de uma única das senhas de presença a que têm direito. O Sr. Deputado Municipal supõem que o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores não recebam ordenado no fim do mês, pelo menos desde as últimas eleições. Caso recebam, não estão a contribuir para uma sociedade mais justa, mais solidária, mais fraterna, mais igual, a não ser que o montante das senhas de presença dos Deputados da Assembleia Municipal estejam englobados num descabido pacote de corte de gorduras da administração local. Confessou ainda, que tinha ficado preocupado e até procurou qualquer orçamento retificativo, um diploma legal com efeito retroativo, situação que em nada o espantava – mas não encontrou. Solicitou deste modo que fosse efetuado os pagamentos em dívida, que sejam incluídos no prazo médio de pagamentos aos fornecedores, os trinta e dois deputados municipais, pois alguns Deputados Municipais « fornecem» ideias, já que alguns pretendem que a Assembleia e o Município avancem e progridam. Disse ainda para haver respeito pelo Órgão e pelos seus Membros e que paguem o que devem. Por último e retomando as palavras do Sr. Presidente da Câmara, salientou que tinha sido dito que a Câmara Municipal *paga*, sendo esse facto verdade, mas faltava saber quando.

A **Sra Deputada Aurélia Correia**, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal informações sobre o processo judicial n.º 14.

Pelo facto do Sr. Deputado Municipal José Veríssimo ter prescindido do uso da sua palavra, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

Na posse da palavra, o **Sr. Presidente da Câmara** informou que iria iniciar a sua intervenção, ainda com referencia a pontos anteriores.

No que diz respeito aos eventos gastronómicos, referiu os “Sabores Serranos” e “Sabores do Anho” que se realizaram em S, Julião e em Gondomil. Desta forma pretendeu enaltecer o trabalho e o empenho dos Srs. Presidentes das Juntas das respetivas freguesias bem como todos aqueles que participaram no evento e o que é facto é que Valença tem hoje uma agenda gastronómica muito forte. Desta forma deu os parabéns a Gondomil. No caso dos “sabores serranos” referiu a não existência de fumeiro, facto que começa a ter alguma contradição. O

fumeiro de Valença não é para concorrer com Ponte de Lima, Melgaço, etc. É, apenas, o «nosso» fumeiro.

Salientou a esse respeito que durante o natal é comum a Câmara Municipal oferecer uns cabazes a determinadas personalidades e Entidades e, por norma são comprados os produtos separadamente e compostos os cabazes na Câmara. Nesse sentido reconheceu que no passado havia muita dificuldade em compor os cabazes com produtos de Valença, atualmente, já é possível com produtos locais valencianos e com uma diversidade apreciável para o efeito.

Assim toda essa dinâmica deve-se aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesias mas é de enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Sr. Vereador José Monte e a equipa que dirige, pelo facto de nunca deixar cair iniciativas, permitindo uma cada vez maior adesão.

Relativamente à freguesia de Fontoura, disse que o Sr. Presidente de Junta da Freguesia tinha referido o trabalho em conjunto e, isso é o que sempre faz como Presidente da Câmara. Com todas as freguesias há um trabalho desenvolvido em conjunto com a Câmara e cada um dos envolvidos faz o que tem que fazer e assume as suas responsabilidades. Umhas vezes, a mão de obra é da responsabilidade da Câmara Municipal, outras vezes é dado o material e a Junta de freguesia faz o resto. Por sua vez, existem situações em que a Câmara Municipal faz tudo. No caminho do Outeiro a junta pretendia uma determinada obra e a Câmara Municipal foi muito clara: só faria uma parte da obra, especificamente a pavimentação.

Desta forma, toda a questão relacionada com as «águas bravas» ficaria excluída pois, no que toca a regadio, a Câmara e as Juntas não se deverão envolver, pois a sua operacionalidade é da responsabilidade dos compartes e, a esse respeito, desde que haja associativismo existe a possibilidade mesmo de concorrer a candidaturas para determinados fins.

Quanto à questão do saneamento, o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que realmente existia um problema, já falado em Sessão pela Sra. Deputada Cláudia Labrujó. Existe uma diminuição de situações junto da ponte internacional, mas o inverno representa sempre um problema. Existe um coletor na zona da pousada/misericórdia que está ligado a águas pluviais, através de *bypass*. Não obstante as várias tentativas para resolver o problema, o mesmo só ficará ultrapassado com uma nova fase de obra.

Quanto ao lugar do Corgo, o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que o problema não é provocado pelas moradias existentes pois existe saneamento. O problema deriva do lugar onde se encontra a zona do hotel Lara – largo do Vira-Milho pois todo aquele saneamento e pluvial passa na referida zona e depois segue para o campo da feira sendo que, no meio do mesmo, existe um *bypass* que entope com frequência. Isso, porque a tubagem na rua da Emissora tem que ser toda arrancada, sendo que o projeto está elaborado. Verifica-se então que existe a falta de um transvase de saneamento desde o centro coordenador de transportes – junto à rotunda e posteriormente que seja levado para um coletor preparado para o efeito. É pretendido que a obra seja efetuada no presente ano, antes do inverno.

Após contextualização, informou que havendo entupimento, existe mau cheiro no Corgo, sendo que muitas vezes os respetivos serviços da Câmara Municipal são avisados, mas quando acontece tal facto, já verteu durante muito tempo. O Sr. Presidente da Câmara ainda salientou que a rede de saneamento a sul tinha sido construída para a antiga ETAR de Arão e como tal, tem tubos de cimento e com baixo diâmetro.

A esta situação ainda foi acrescentado todo o crescimento de Valença. A conjugação de todas as anomalias faz com que a tubagem de cimento, particularmente nas juntas vá cedendo e muito pelo facto das tampas estarem soldadas não permite que por estas seja efetuada qualquer tipo de

libertação, criando posteriormente problemas bem maiores-

Atendendo a este tipo de anomalia, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que na Ponte Seca existirá uma intervenção exatamente para serem colocados dois coletores, através de um ajuste direto à empresa Habimonção.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal salientou que muitas vezes existem problemas derivados de má execução de obra e, quando se verificam situações deste nível, o procedimento do Executivo é muito simples: caso, após respetivo processo de notificação a empresa construtora não quiser assumir responsabilidade, a Câmara Municipal executa as garantias bancárias da obra. A este respeito, ilustrou o caso com a empresa Monte Adriano relativo à obra da II fase, a qual se encontra num processo de insolvência/ falência e que já tem no processo o envolvimento da Parvaloren.

Assim e caso não exista a concretização de auto de medição final para análise dos erros e respetiva correção então, a Câmara Municipal irá executar a garantia bancária.

Em relação à questão levantada pela Sra. Deputada Paula Natal sobre o comboio internacional, o Sr. Presidente da Câmara informou que na edição do Faro de Vigo do presente dia existe informação da venda de bilhetes nas paragens intermédias na ligação Vigo – Porto e, faz referência às seguintes paragens: Valença, Viana e Nine. Informou ainda que, no dia um de julho o comboio direto passará em Valença e o último comboio será às 17.30 horas para o Porto.

Relativamente a esta matéria salientou que tinha sido uma grande luta, apesar de saber que a paragem estava garantida há mais de dois meses. Era a única paragem que estava sempre garantida: a da Eurocidade e por exclusão de partes, seria efetuada em Valença. Existiu um esforço por parte do Governo Português mas também da Senhora Ministra do Fomento Espanhol D. Ana Pastor.

Existia a concordância de que fosse efetuada a paragem. Não obstante existiram informações contraditórias na comunicação social e particularmente no jornal O Público, sendo que, existiu provavelmente influência do *lobby* do Eixo Atlântico, não fazendo Valença parte dessa Associação.

De facto, havia informação de que as paragens seriam em Viana, Barcelos e Nine. Esta situação, deveria ser desmitificada pelo Sr. Presidente da CIM Alto Minho e pelo facto de não ter acontecido o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença pessoalmente manifestou o respetivo desagrado.

Ainda relacionado com esta matéria, foi salientado que 48 horas antes, a Reunião da Cimeira de Chaves tendencialmente procurou alterar os locais de paragem do comboio e no limite para que houvesse a exclusão da paragem em Valença. Deste modo foi verificado que a Eurocidade conseguiu estar no sítio certo no momento certo para garantir a paragem do comboio.

Uma outra questão, foi também as informações relacionada com o encerramento de escolas, nomeadamente que seriam encerradas as escolas das Antas, Devessas, etc.

Nesse sentido, o Sr. Presidente da Câmara Municipal reforçou o facto de que nenhuma EB1 seria encerrada. Não obstante, existe algum risco na escola de Gandra, mas motivado pelo número de alunos pois, caso se verifique decréscimo no seu número, poderá haver dificuldade em garantir o funcionamento. A par dessa situação, ressaltou ainda a problemática existente do funcionamento em quatro anos letivos, não havendo muita funcionalidade nessa situação, prejudicando consequentemente o aproveitamento dos alunos. Em relação ao pré - escolar de Fontoura a situação é diferente, sendo que o Ministério de Educação sabe a posição da Câmara Municipal de Valença a qual passa contra o encerramento do referido estabelecimento de ensino e na eventualidade que isso acontecesse, obrigaria a uma passagem para o Pré-Escolar de Passos. O Sr. Presidente da Câmara sobre essa matéria ainda salientou que junto da DREN foi sempre assumido que haveria cerca de vinte meninos, sendo que é uma situação contrária aos catorze meninos existentes. Desta forma

reforçou que tem os argumentos políticos sobre a matéria, mas deverá ser atendida seriedade sobre a mesma. Assim, para o próximo ano letivo, não há ainda uma resposta sobre o referido assunto a qual é antagónica: o Ministério de Educação pretende o encerramento e a Câmara Municipal quer a escola de Fontoura a funcionar. Ainda foi referido quanto a toda situação que o pagamento de um professor será independente da escola onde dê aulas, já todo o serviço de apoio e funcionamento do espaço será às expensas da Câmara Municipal, a qual se encontra disponível para assumir os respetivos custos de funcionamento da Escola. Não obstante, caberá à DGEST a decisão final sobre esta matéria.

Relativamente ao assunto apresentado pelo Sr. Deputado José António Nogueira, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença informou que a Câmara Municipal faz os seus pagamentos a menos de sessenta dias. Não obstante, referiu que o Sr. Deputado José António Nogueira não é um fornecedor. Existem requisitos legais que têm que ser cumpridos pelos Senhores Deputados e há pessoas que disseram que não estavam abrangidas pelas respetivas normativas legais, sendo do conhecimento dos serviços que efetivamente estão. Desta forma, o Sr. Presidente informou que já tinha dado instruções claras para depois de serem assinadas as declarações de rendimentos individuais patentes na Sessão pelos Srs. Deputados, receberá o valor das respetivas senhas de presença. O Sr. Presidente da Câmara reforçou o facto do valor afeto a esse pagamento já se encontrar há bastante tempo cabimentado.

Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Mesa passou à segunda ronda verificando-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Deputado Rui Ferreira** referiu que o que são águas bravas no inverno é regadio no verão e ninguém arranja águas bravas. Em relação à obra salientou que em rio Torto pretendeu alargar uma curva apertada, pois um proprietário tinha cedido terreno e a Junta tinha arranjado o muro mas o alargamento da curva nunca mais era feito. Salientou ainda que, com a obra que tinham efetuado foi possível retirar água que vinha daquele largo de Rio Torto e quando chovia era um «mar de água» que não permitia que as pessoas andassem a pé por aquela estrada.

O **Sr. Deputado José António Nogueira**, apresentando desculpas ao Sr. Presidente da Câmara por ter de usar estrangeirismo, mas atendendo a uma contextualização de Valença como Eurocidade disse: *hablas bien pero no me agradas*. Referiu ainda que os Srs. Deputados que entregaram a declaração não têm culpa de quem a não entregou em vista dos princípios da adequação e da proporcionalidade. Disse ainda que já estava habituado a promessas. Considerou que a sua intervenção teve um motivo, uma razão de ser e fica na expectativa que durante a próxima semana sejam feitos os pagamentos porque de total justiça. Não sendo senhas o fundamento do exercício autárquico, existem deslocações efetuadas e o pagamento atempado das mesmas deverá ser considerado nesta conjuntura económica de crise porque fazem falta a muita gente.

O **Sr. Presidente da Mesa** informou que pelo facto dos Senhores Deputados Óscar Silva e Aurélia Correia terem prescindido do uso da palavra, daria então a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença para a segunda ronda.

Assim o **Sr. Presidente da Câmara** referiu que na anterior intervenção da Sra. Deputada Aurélia Correia tinha sido falado sobre o acordo, o qual é uma transposição de uma diretiva comunitária. Desta forma é permitido na zona de fronteira, os cidadãos acederem aos cuidados de saúde do outro lado da fronteira de forma mais facilitada. De facto, foi assinado entre a ARS do Norte e a Junta da Galiza um acordo para a criação de um grupo de trabalho que, basicamente irá recorrer ao trabalho já desenvolvido pela Uniminho. O Senhor Ministro da Saúde está para vir à fronteira, pois provavelmente estará preocupado com eventuais fraudes que possam acontecer, situação que em Badajoz posteriormente verificou-se.

No que diz respeito ao programa Finicia, o mesmo foi resultado de um concurso, cujo vencedor como instituição bancária parceira foi o Crédito Agrícola. Nesta parceria é possível recorrer a um financiamento tendo o empreendedor acesso a uma taxa euribor com 1,5% de *spread*, sendo que, a correspondente verba afeta ao Município não tem juro implícito no projeto. A Câmara Municipal irá aprovar mais duas operações, sendo que, tem havido uma adesão favorável dos empreendedores. No âmbito do empreendedorismo, a ESCE ganhou o prémio *European Enterprise Promotion Award* com um projeto líder – *Fortefuture*, que tem por base um projeto educativo que a escola tem, com o objetivo de se criar uma atividade empreendedora no início do ano escolar. Foi na sede do IAPMEI efetuada a respetiva divulgação, pelo que nos próximos dias haverá mais informação e depois nas futuras instalações existirá um espaço, sobretudo um ninho de empresas para acolher os projetos dos alunos, se o sucesso o permitir.

Uma outra questão levantada, foi o incêndio em S. Pedro da Torre. De facto, por volta das três da manhã tinha sido acordado – neste tipo de situações é contactado o Presidente da Câmara Municipal/ Sr. Vereador Manuel Lopes, a comunicarem a situação ocorrida e a informarem de que havia uma família desalojada. A resposta foi imediata: a técnica dos serviços de proteção civil foi ao local e como sempre as pessoas foram encaminhadas para uma pensão, situação que não aceitaram pois ficariam em casa de familiares. No dia seguinte através da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia foram disponibilizadas roupas, alimentos e todos os apoios possíveis, devido à emergência da situação.

A casa ardida atendendo à dimensão do agregado era muito limitada e a família em questão tem sido apoiada pela Câmara Municipal de Valença. Não obstante, o Senhor Presidente da Câmara salientou que deveria haver uma atenção particular no que se refere a uma ajuda de carácter urgente em relação a uma ajuda de carácter permanente, pois tem vindo a ser constatada a dificuldade pelos serviços sociais da câmara municipal de Valença que existe em ajudar famílias em que a própria é negligente com a sua situação e a esse respeito infelizmente existem muitos exemplos.

Assim e no caso concreto ocorrido em S. Pedro, a Câmara Municipal tem ajudado a segurança social, particularmente no enquadramento dos miúdos e saber se está tudo bem sendo que, em caso de adultos que não trabalham porque não querem, que não assumem o trabalho na sua globalidade, a preocupação deverá ter outro nível. Ainda sobre este assunto, o Sr. Presidente da Câmara salientou que a referida família estão numa casa em Vila Meã, a junta deu tinta, portas, janelas e Câmara municipal deu o restante material. Por último ainda foi salientado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal que neste tipo de situações, o Município não poder ser a solução mas sim parte da resolução do mesmo, sendo esse o compromisso, não obstante o dramatismo inerente a esse tipo de situações.

Terminado que estava o primeiro ponto da Ordem do Dia, no prosseguimento da Sessão e relativamente aos próximos dois pontos, o Sr. Presidente da Mesa propôs aos Líderes Municipais que a matéria subjacente aos dois pontos da ordem de trabalhos tivesse uma apresentação inicial por parte do Sr. Presidente da Câmara, sendo que, posteriormente e com as respetivas inscrições, seriam discutidos e votados os pontos individualmente, metodologia que teve o respetivo assentimento do Plenário.

2º PONTO – PROJETO “ SOBRE-EQUIPAMENTO DO PARQUE EÓLICO DO ALTO MINHO I” - RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL.

3º PONTO – PROJETO “ CENTRO DE LAZER – PARQUE AQUÁTICO, PISTA DE KARTING E BOSQUE DE CAMÉLIAS” – RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL

Na posse da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que, à semelhança do que também tinha sido comunicado em Reunião de Câmara aos Senhores Vereadores, os dois projetos já são do conhecimento do Município há algum tempo. O primeiro, “Sobre-equipamento do parque eólico do Alto Minho I” - reconhecimento de interesse municipal, tem cerca de três anos e é relativo a mais oito aerogeradores com instalação em Sanfins, Boivão e Taião, sendo que, duas freguesias serão beneficiadas com as receitas da colocação desses aerogeradores e esse facto permitirá que a VentoMinho esgote a potência instalada no Parque, permitindo que em altura de menos vento e com mais aerogeradores a funcionar, consiga atingir a capacidade máxima instalada. Nesse sentido é um projeto que tem um investimento elevado e, dependendo da marca e da geração dos aerogeradores, o valor unitário de cada ronda os três milhões de euros, totalizando por isso um investimento de cerca de vinte e quatro milhões de euros. O referido investimento permitirá a duplicação de receitas para o Município em termos de venda de energia. Essa situação, fará com que seja recebida uma receita de cerca de duzentos mil euros anual, representando uma receita interessante para o Município, sendo também manifestado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal o descontentamento por se ter vendido no passado a participação do Município na VentoMinho.

Quanto ao segundo projeto, será para ser implantado de forma generalizada em 90% na freguesia da Silva e 10% em S. Pedro da Torre e constará de um parque aquático, pista de karting e bosque de camélias.

O projeto âncora será a pista de karting, sendo que a montante, num ponto mais alto será criado o parque aquático. No que diz respeito ao bosque das camélias irá abranger na área do projeto uma zona que é de reserva. O Sr. Presidente da Câmara também informou que o povo espanhol é apreciador desse tipo de bosque e o projeto é de iniciativa espanhola e de uma empresa ligada ao setor. O investimento do referido projeto rondará os cerca de três milhões de euros, com um determinado faseamento e no verão terá um número de postos de trabalho interessantes, particularmente destinado aos mais jovens. Referiu ainda que, a sazonalidade inerente ao mencionado projeto é própria e comum a todas as zonas de atração turística. Nesse sentido, reafirmou que tem todo o interesse que os dois projetos avancem em Valença o mais rápido possível. Por último, informou que haverá outro investimento de interesse municipal para Ganfei a ser levado para apreciação e deliberação numa próxima sessão da Assembleia Municipal.

Após agradecimento pelo **Sr. Presidente da Mesa** à explicação global efetuada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foram solicitadas inscrições para discussão do segundo e terceiro ponto da ordem de trabalhos, não havendo nenhuma inscrição.

Desta forma, foi colocado à votação o segundo ponto da ordem de trabalhos “**Sobre-equipamento do parque eólico do Alto Minho I**” - **Reconhecimento de Interesse Municipal** que num universo de 31 votantes teve o resultado seguinte: **votos contra; 0 (zero); abstenções: 0 (zero); votos a favor: 31** (trinta e um), pelo que esse ponto da ordem de trabalhos foi **aprovado por unanimidade**.

No seguimento, foi colocado à votação o terceiro ponto da ordem de trabalhos “ **Centro de Lazer – parque aquático, pista de karting e bosque de camélias**” – **Reconhecimento de Interesse Municipal** que num universo de 31 votantes teve o resultado seguinte: **votos contra; 0** (zero); **abstenções: 0** (zero); **votos a favor: 31** (trinta e um), pelo que esse ponto da ordem de trabalhos foi **aprovado por unanimidade**.

No prosseguimento da Sessão, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que todos os pontos da ordem de trabalho tinham sido discutidos e deliberados, pelo que existiam condições para colocar a ata em Minuta à votação sobre os pontos deliberados ao longo da presente Sessão.

Com esta contextualização, o **Sr. Presidente da Mesa** solicitou a respetiva leitura da ata em minuta ao Sr. Primeiro Secretário que, finda a mesma e colocada à votação, num universo de 31 votantes foi verificado o resultado seguinte: **Votos contra: 0 (Zero); Abstenções: 0 (zero) ; Votos a favor: 31 (trinta e um)** pelo que **foi aprovada por unanimidade a Ata em Minuta relativa à ordem de trabalhos da presente Sessão**.

Por último o Sr. Presidente da Mesa informou que os Senhores Deputados deveriam recolher as declarações e fazerem o seu preenchimento e fazer com que sejam entregues aos serviços da assembleia ou da contabilidade para que seja dado o respetivo tratamento.

Após referida informação e pelas doze horas e trinta minutos, o **Sr. Presidente da Mesa**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados, agradeceu a colaboração que todos os Membros tiveram com a Mesa na realização da presente Sessão e, despediu-se, com os respetivos cumprimentos protocolares.

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente Ata, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal Alberto Luís de Oliveira Vilas** e pelo funcionário que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Secretário de Apoio à Assembleia Municipal

(Alberto Luís de Oliveira Vilas)

(Eugénio Manuel A. S. Domingues)